



Simulado Final

MPU

Analista do MPU - Direito
Pós-Edital

Simulado

Simulado Final MPU (Analista do MPU - Direito)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista do MPU - Direito do MPU**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/1Ajzb7Ro4Accr6E19>

01 - A B C D E	17 - A B C D E	33 - A B C D E	49 - A B C D E	65 - A B C D E
02 - A B C D E	18 - A B C D E	34 - A B C D E	50 - A B C D E	66 - A B C D E
03 - A B C D E	19 - A B C D E	35 - A B C D E	51 - A B C D E	67 - A B C D E
04 - A B C D E	20 - A B C D E	36 - A B C D E	52 - A B C D E	68 - A B C D E
05 - A B C D E	21 - A B C D E	37 - A B C D E	53 - A B C D E	69 - A B C D E
06 - A B C D E	22 - A B C D E	38 - A B C D E	54 - A B C D E	70 - A B C D E
07 - A B C D E	23 - A B C D E	39 - A B C D E	55 - A B C D E	71 - A B C D E
08 - A B C D E	24 - A B C D E	40 - A B C D E	56 - A B C D E	72 - A B C D E
09 - A B C D E	25 - A B C D E	41 - A B C D E	57 - A B C D E	73 - A B C D E
10 - A B C D E	26 - A B C D E	42 - A B C D E	58 - A B C D E	74 - A B C D E
11 - A B C D E	27 - A B C D E	43 - A B C D E	59 - A B C D E	75 - A B C D E
12 - A B C D E	28 - A B C D E	44 - A B C D E	60 - A B C D E	76 - A B C D E
13 - A B C D E	29 - A B C D E	45 - A B C D E	61 - A B C D E	77 - A B C D E
14 - A B C D E	30 - A B C D E	46 - A B C D E	62 - A B C D E	78 - A B C D E
15 - A B C D E	31 - A B C D E	47 - A B C D E	63 - A B C D E	79 - A B C D E
16 - A B C D E	32 - A B C D E	48 - A B C D E	64 - A B C D E	80 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/4AF6>

MÓDULO I**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo*

1. Assinale a opção que apresenta a frase em que o adjetivo sublinhado mostra uma opinião do autor do texto.

- a) Meu restaurante deve comprar somente carne fresca.
- b) O livro elege os cem melhores poemas brasileiros do século XX.
- c) As borboletas mostravam um voo desengonçado.
- d) As autoridades falaram sobre o novo perigo nuclear.
- e) Assaltos frequentes assustam os moradores da região.

2. Assinale o fragmento textual a seguir que deve ser classificado como injuntivo.

- a) Você pode dizer-me as horas?
- b) Eu tenho a tua palavra de honra?
- c) Ela me faz tão feliz!
- d) O professor entra na sala e inicia a aula.
- e) É importante praticar a escrita.

3. As frases a seguir mostram um termo sublinhado que se refere a um termo anterior (coesão).

Assinale a frase em que esse termo sublinhado se refere a um termo posterior.

- a) Encontrei o professor numa festa, mas nunca mais o vi.
- b) O homem é aquilo que ele come.
- c) Deus fez o homem à Sua imagem e semelhança.
- d) Trabalhar sempre: esse é o segredo do sucesso.
- e) Cheguei à conclusão de que isto é o mais importante: não perder o emprego.

Nossas atividades nas redes sociais podem oferecer um retrato bastante fiel – e muitas vezes não intencional – de nosso bem-estar mental. Portanto, não é de se espantar que profissionais cujo trabalho é zelar por nossa saúde emocional agora estejam explorando como usar esses canais para medir a quantas andam as emoções das pessoas.

Um estudo realizado pela Universidade Brunel, do Reino Unido, com 555 usuários do Facebook, mostrou que os mais extrovertidos tendem a postar mais sobre atividades sociais e sobre seu dia a dia, e o fazem com frequência. Já indivíduos com baixa autoestima acabam fazendo mais postagens sobre seus cônjuges ou parceiros. Por outro lado, pessoas com traços de neurose podem usar a rede social para validação e para chamar a atenção, enquanto aquelas mais narcisistas costumam exibir suas conquistas ou discorrer sobre suas dietas e rotinas de atividade física.

(Adaptado de: NOGRADY, Bianca. BBC Brasil. www.bbc.com/portuguese/ver-fut-37816962)

4. Sobre a estruturação do texto, assinale a afirmação correta.

- a) O primeiro parágrafo apresenta o tema, enquanto o segundo indica as causas de as atividades nas redes sociais serem um retrato fiel dos usuários.
- b) Sendo um texto de caráter descritivo, cada um dos parágrafos explora características distintas do tema.
- c) O texto utiliza o método indutivo de raciocínio.
- d) O tema discutido no texto é o aumento da incidência de transtornos mentais na era das redes sociais.
- e) O segundo parágrafo tem a finalidade de trazer exemplos para o que se diz no primeiro parágrafo.

5. Assinale a frase que se mostra inteiramente coerente.

- a) Segredo, só guarda quem não sabe.
- b) A razão é um sol severo: ilumina, mas cega.
- c) Como eu disse antes, eu nunca me repito.
- d) Avise-me se você não receber esta carta.
- e) Os imbecis deixam as suas impressões digitais no que dizem.

6. Assinale a frase em que a comparação não aparece explicada.

- a) A saúde é como a porcelana: se não tomar cuidado, quebra.
- b) Os homens são como os livros, muitas vezes são apreciados tarde em demasia.
- c) Os hospitais, assim como os hotéis, só recebem gente em trânsito.
- d) Beneficiar vilões é como jogar água ao mar.
- e) A riqueza assemelha-se à água do mar: quanto mais alguém bebe dela, mais sede tem.

João ganhava apenas o necessário para endividar-se.

7. Assinale a opção que indica a frase em que a modificação da oração reduzida em destaque para uma desenvolvida tenha sido feita de forma adequada.

- a) para que se endividasse.
- b) para o endividamento.
- c) para que se endivide.
- d) para que se endividava.
- e) para que se endividara.

8. Assinale a opção que apresenta o termo que não faz parte do campo semântico da computação.

- a) computador
- b) processador
- c) aplicativo
- d) vírus
- e) vacina

9. Assinale a frase em que a utilização do acento grave indicativo da crase está correta.

- a) As crianças dedicavam-se as tarefas escolares.
- b) Foi acordada às cinco da manhã com fogos de artifício.
- c) Ao receber o presente, começou à chorar de emoção.

- d) Joana e seus filhos visitaram à fazenda do tio no feriado.
- e) Ele se referiu à uma heroína do cinema.

10. Assinale a opção que apresenta a frase em que o termo sublinhado mostra valor figurado (não lógico).

- a) O pássaro cantava lindamente naquela manhã.
- b) A professora advertiu seus alunos sobre seu péssimo comportamento.
- c) Parece claro que a economia mundial crescerá menos neste ano.
- d) Nossa má educação cria um abismo entre as pessoas.
- e) A filosofia, como a arte, não enterra o seu passado.

11. Assinale a opção que apresenta o texto publicitário ou propagandístico que apela para a intimidação do leitor.

- a) Seja você a mudança de que o mundo precisa. Junte-se ao nosso projeto e faça a diferença!
- b) Use nosso creme antienvelhecimento e mantenha sua pele jovem por mais tempo. Você merece se sentir bem!
- c) Sem um antivírus atualizado, seus dados estão em risco. Proteja-se agora antes que seja tarde demais.
- d) Compre nosso curso e receba grátis uma aula bônus.
- e) Vista nossa nova coleção para mulheres poderosas!

12. Assinale a frase que exemplifica a função conativa de linguagem.

- a) Se beber, não dirija!
- b) A tristeza tomou conta do ambiente.
- c) O não produz inimigos; o sim, falsos amigos.
- d) O céu estava nublado e a chuva começou a cair lentamente.
- e) Que dia lindo está fazendo hoje!

13. Assinale a frase em que a forma do gerúndio está mal-empregada pelo fato de as ações expressas não poderem ser simultâneas.

- a) Entrou no salão cantando o hino nacional.
- b) Caiu um raio na floresta, incendiando muitas árvores.
- c) Escrevia em seu caderno ouvindo música.
- d) Chegou à festa sorrindo.
- e) Saiu do casamento chorando de emoção.

14. Um dos problemas da comunicação entre as pessoas é a possibilidade de ambiguidade da mensagem.

Assinale a frase em que há essa possibilidade de ambiguidade.

- a) Para quem é pouca coisa, basta-lhe pouca coisa
- b) Não sei o que fazer diante desse problema.
- c) O cargo de oficial de justiça é importante
- d) Conheço uma professora de Literatura inglesa.
- e) A História esclarece somente fatos passados.

Todo discurso tem uma dimensão argumentativa. Alguns se apresentam como explicitamente argumentativos (por exemplo, o discurso político, o discurso publicitário), enquanto outros não se apresentam como tal (por exemplo, o discurso didático, o discurso romanesco, o discurso lírico). No entanto, todos são argumentativos: de um lado, porque o modo de funcionamento real do discurso é o dialogismo; de outro, porque sempre o enunciador pretende que suas posições sejam acolhidas, que ele mesmo seja aceito. Se, como ensinava Bakhtin, o dialogismo preside a construção de todo discurso, então um discurso será uma voz nesse diálogo discursivo incessante que é a história.

FIORIN, José Luiz. Disponível em : www.editoracontexto.com.br/blog/argumentacao-jose-luiz-fiorin/.
Acesso em: 13 dez. 2018 (adaptado).

15. Um dos argumentos empregados nesse pequeno texto pode ser caracterizado como

- a) raciocínio por analogia.
- b) apelo a exemplos históricos.
- c) testemunho de autoridade.
- d) relação de concessão.
- e) apelo a experiências pessoais do autor.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Stefan Fantini

16. Mário Bros é Diretor da Empresa SF123 e dedica grande parte de seu tempo para identificar novas ideias e oportunidades com vistas ao crescimento da organização. Pode-se dizer que Mário Bros desempenha, em grande parte de seu tempo, um papel

- a) decisório, de empreendedor.
- b) decisório, de alocador de recursos.
- c) informacional, de solucionador de conflitos.
- d) interpessoal, de empreendedor.
- e) interpessoal, de liderança.

17. “Promover a formação continuada e integrada de membros/as e servidores/as do Ministério Público da União para fortalecer a justiça, os valores democráticos e os direitos da sociedade, por meio de uma educação diversa, inclusiva e conectada com as necessidades atuais, a partir da inovação, do encontro e da troca de saberes.”

O trecho acima, extraído do Mapa Estratégico constante do Plano de Desenvolvimento Institucional 2025-2029 da Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU, representa

- a) a missão da ESMPU
- b) o plano da ESMPU
- c) a visão da ESMPU
- d) os valores da ESMPU
- e) a ética da ESMPU

18. João das Neves exerce influência sobre seus subordinados em decorrência de sua posição hierárquica superior, ou seja, em razão do cargo que ocupa na organização. Nesse caso, João das Neves exerce o tipo de poder:

- a) Coercitivo
- b) de Referência
- c) Carismático
- d) de Informação
- e) Legítimo

19. Os processos que entregam valor diretamente aos clientes e estão diretamente relacionados com a “experiência de consumo” do cliente são chamados de

- a) processos primários
- b) processos secundários
- c) processos de suporte
- d) processos de apoio
- e) processos gerenciais

20. O ciclo PDCA consiste em uma ferramenta que possui 04 etapas, e seu foco está na melhoria contínua. Nesse ciclo, a verificação dos resultados daquilo que foi executado ocorre na etapa

- a) P (Plan)
- b) C (Check)
- c) A (Act)
- d) D (Do)
- e) S (Study)

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

André Rocha

21. O Município ABC, por meio do órgão municipal de meio ambiente, lavra auto de infração face à indústria de alumínio Metal S/A por emissão de efluentes sem tratamento no corpo hídrico de domínio estadual, fato que tornou necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade em razão da baixa qualidade da água após tal emissão. Sequencialmente, o Estado XYZ, responsável pelo licenciamento ambiental do aludido empreendimento e onde se localiza o município, por meio do órgão estadual de meio ambiente, ao receber denúncia do fato, também lavrou auto de infração pelo mesmo motivo que o Município ABC.

Considerando a situação e com base na legislação ambiental aplicável e na jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

- a) Em virtude de interesse público ambiental, podem coexistir ambos autos de infração, de modo que a indústria Metal S/A responderá nas esferas municipal e estadual.
- b) Prevalecerá o auto de infração ambiental lavrado pelo órgão estadual, por ser aquele que detém a atribuição de licenciamento ambiental.
- c) O Município não poderia ter lavrado auto de infração em caso de omissão do órgão estadual, visto que apenas o órgão licenciador possui tal atribuição.
- d) O fato analisado é atípico, razão pela qual nem o Município ABC nem o Estado XYZ poderiam ter lavrado o auto de infração.
- e) O auto de infração do órgão estadual é inócuo, porquanto não poderia ter exercido seu poder de polícia por força de denúncia.

22. Tíbio e Perônio, sócios administradores da farmacêutica Alfa Ltda., ao solicitar a licença prévia de um novo empreendimento da instituição, decidiram omitir a informação de que a localização da nova sede se daria em cima de uma área de nascente, a qual deveria ser protegida nos termos do Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), com vistas à célere aprovação da licença por parte do órgão ambiental.

Sobre a aludida situação, assinale a alternativa correta.

- a) Ambos os sócios administradores poderão ser responsabilizados por crime ambiental, sem prejuízo da responsabilidade da pessoa jurídica envolvida.
- b) Havendo a responsabilidade das pessoas físicas autoras ou coautoras do fato, exclui-se a responsabilidade da pessoa jurídica, sob pena de configurar *bis in idem*.
- c) Tanto as pessoas físicas quanto jurídicas ficam sujeitas à responsabilização ambiental, sendo vedada a desconsideração destas quando sua personalidade for obstáculo ao resarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.
- d) O crime citado, na sua modalidade dolosa, admite pena de detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.
- e) O fato citado configura-se apenas como infração administrativa, não havendo tipificação penal prevista na lei.

23. A sociedade empresária Beta Ltda., fabricante de autopeças, deseja importar resíduos sólidos para fins de logística reversa.

Considerando essa situação, nos termos da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, é correto afirmar que

- a) é proibida a importação de resíduos sólidos e de rejeitos, inclusive de papel, derivados de papel, plástico, vidro e metal, razão pela qual tal procedimento será inviável.
- b) a importação será permitida apenas se se tratar de pneus inservíveis.

c) a sociedade empresária poderá realizar o procedimento de importação ainda que os resíduos sejam classificados como perigosos, exceto se forem pneus, nos termos do regulamento.

d) a importação poderia ser realizada desde que os resíduos não fossem perigosos.

e) a importação é vedada por se tratar de fabricantes de autopeças, havendo exceção apenas para a importação de materiais e minerais estratégicos, como aparas de papel de fibra longa.

24. O prefeito do Município Delta deseja criar, por decreto municipal, um Parque Natural Municipal, com o objetivo de promover o turismo ecológico, mas este abrangeeria alguns terrenos particulares da cidade. Consultando o procurador do município sobre o fato, o prefeito recebeu a informação correta que

- a) O Parque Natural Municipal, por ser uma categoria de unidade de conservação de proteção integral, exige lei específica para criação, não podendo ser criada por decreto.
- b) A unidade poderia ser criada por decreto e as áreas particulares não precisariam ser desapropriadas, desde que fosse possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.
- c) Parque Natural Municipal não é uma categoria de unidade de conservação prevista na Lei do SNUC (Lei nº 9.985/2000), motivo pelo qual não poderia ser criada.
- d) O Parque Natural Municipal poderia ser criado por decreto, mas as áreas particulares incluídas em seus limites deveriam ser desapropriadas.
- e) O Parque Natural Municipal, por ser uma categoria de unidade de conservação de proteção integral, não admite atividades de turismo ecológico, apenas o uso indireto dos recursos, razão pela qual dever-se-ia alterar a destinação específica da unidade.

25. Considerando as disposições da Lei nº 12.187/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, analise as afirmativas a seguir e assinale V, para verdadeiro, e F, para falso.

- () As medidas de adaptação são aquelas que buscam reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima.
- () As emissões são os processos ou atividades que liberem na atmosfera gás de efeito estufa, aerossol ou precursor de gás de efeito estufa.
- () Um sumidouro é um processo, atividade ou mecanismo que remova da atmosfera gás de efeito estufa, aerossol ou precursor de gás de efeito estufa.

A sequência correta é:

- a) V – F – V.
- b) V – V – V.
- c) F – F – V.
- d) V – F – F.
- e) F – V – V.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE

Géssica Ehle

26. São tratados incorporados no Brasil com status de emenda constitucional, na forma do Art. 5º, parágrafo 3º, da Constituição Federal de 1988:

- a) Convenção Americana sobre Direitos Humanos e Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância.
- b) Pacto de São José da Costa Rica e Declaração Universal de Direitos Humanos.
- c) Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas com Deficiência Visual.

d) Convenção Americana sobre Direitos Humanos e Convenção sobre os Direitos da Criança.

e) Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

27. Acerca da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, julgue os itens a seguir.

- I. Erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares até 2030 é meta disposta pela Agenda 2030, de modo que por “pobreza extrema” compreende-se pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia.
- II. A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas é um plano global de ações composto por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas universais, construído após intensa consulta pública mundial com grande foco nas pessoas mais vulneráveis.
- III. Uma das preocupações da Agenda 2030 é acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

28. Sobre a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969, julgue a alternativa incorreta.

- a) Apesar de sua relevância junto ao Sistema Interamericano, tal Convenção tem natureza suprallegal junto ao ordenamento jurídico brasileiro
- b) O Pacto aduz que toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida, que deverá ser protegida desde o momento da concepção, de modo que ninguém poderá ser privado da vida de modo arbitrário.
- c) Sobre a finalidade essencial das penas privativas da liberdade, essas devem pretender a compensação do dano proporcionalmente à ofensa sofrida e a readaptação social dos condenados.
- d) A Convenção já prevê, como garantia judicial do acusado, que sua confissão só será válida se feita sem coação de nenhuma natureza.
- e) Estado-Parte que sofra emergência que ameace sua independência ou segurança poderá adotar disposições que, na medida e pelo tempo estritamente limitados às exigências da situação, suspendam as obrigações contraídas em virtude da Convenção, desde que não englobem, dentre outros, direitos políticos.

29. As opções a seguir apresentam casos brasileiros analisados pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, à exceção de um. Assinale-o.

- a) Caso Maria e outros
- b) Caso Sales Pimenta
- c) Caso Ximenes Lopes
- d) Caso Honorato e outros
- e) Caso dos Santos Nascimento e Ferreira Gomes

30. Pedro, empresário de 33 anos, ficou em coma na sequência de um grave acidente de carro. Diante da incerteza quanto a sua recuperação, seu irmão e sócio, Luiz, pediu sua curatela para poder dar continuidade aos negócios da empresa. Ao longo do processo de reabilitação, Pedro recuperou a consciência, restando sequelas na área motora que passaram a ser tratadas com fisioterapia. Para facilitar seus atos cotidianos, Pedro pensa em optar pela tomada de decisão apoiada.

Sobre essa situação e de acordo com a legislação que trata dos direitos da pessoa com deficiência, é correto afirmar que

- a) Enquanto curador de Pedro, Luiz poderia fazer fotos e vídeos e postar na rede social do irmão para registrar sua recuperação.
- b) Como Pedro ainda terá de passar por fisioterapia, Luiz deverá continuar como seu curador tendo em vista seu capacitarismo.
- c) Uma vez que recuperou sua capacidade de exprimir a vontade, Pedro poderá eleger seus apoiadores por meio do processo de tomada de decisão apoiada.
- d) Para o início de sua recuperação, Pedro soube que deverá providenciar novas vias de alguns de seus documentos oficiais, razão pela qual deverá manter-se curatelado.
- e) Em razão da extensão do termo de curatela, Luiz sempre poderá opinar quanto aos tratamentos e procedimentos que Pedro vier a realizar para sua habilitação.

MÓDULO II**LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL***Tiago Zanolla*

31. Durante sessão solene no Senado Federal, foi aprovado, por maioria absoluta e mediante voto secreto, o nome de Alexandre, membro do Ministério Público Militar, para o cargo de Procurador-Geral da República. Ato contínuo, o Presidente da República editou o decreto de nomeação. Considerando os preceitos legais e constitucionais aplicáveis, é correto afirmar que

- a) houve vício no procedimento, pois somente membros do Ministério Público Federal podem ser nomeados Procurador-Geral da República.
- b) o procedimento está correto, desde que tenha sido observada a escolha dentre os Subprocuradores-Gerais da República.
- c) o ato é inválido, pois a nomeação depende de lista tríplice elaborada pelos membros do MPU e referendada pelo CNMP.
- d) o procedimento está correto, desde que Alexandre seja membro da carreira do MPU, independentemente do ramo.
- e) o ato de nomeação deveria ter sido precedido de autorização da Câmara dos Deputados, em votação por maioria simples.

32. Maria, membro do Ministério Público de Goiás, pretende ajuizar uma reclamação no Supremo Tribunal Federal, alegando violação a súmula vinculante por decisão do Tribunal de Justiça local. Um colega alertou que ela deveria solicitar autorização ou ratificação do Procurador-Geral da República. À luz da jurisprudência do STF e dos princípios institucionais do MP, a orientação está:

- a) correta, pois a atuação do MP estadual no STF depende de ratificação pelo PGR.

b) incorreta, pois o MP estadual possui legitimidade autônoma para atuar em processos de sua atribuição no STF.

c) correta, pois o PGR é o único legitimado a atuar no STF em nome do Ministério Público.

d) incorreta, pois o MP estadual pode atuar no STF, mas apenas após homologação pelo CNMP.

e) correta, apenas se a atuação envolver ação direta de constitucionalidade.

33. André, membro do MPF, está sendo processado por ato praticado fora de suas atribuições institucionais. Ele manifestou intenção de atuar como seu próprio defensor na fase inicial do processo penal. Com base na jurisprudência do STF e na legislação aplicável, é correto afirmar:

- a) A autodefesa é direito personalíssimo e independe de proibição legal expressa.
- b) O membro do MP pode exercer advocacia em causa própria, desde que não interfira no cargo.
- c) É vedado a membro do MP atuar em defesa própria, mesmo em causa penal, por ser atividade privativa da advocacia.
- d) A vedação à autodefesa aplica-se apenas aos magistrados, não aos membros do MP.
- e) A Constituição permite a defesa em nome próprio, salvo se envolver prerrogativa de função.

34. Em fiscalização interna, identificou-se que um Procurador da República em exercício no primeiro grau foi denunciado por crime de responsabilidade por omissão no dever de fiscalização orçamentária. Qual o órgão competente para o julgamento da denúncia?

- a) Supremo Tribunal Federal.
- b) Superior Tribunal de Justiça.
- c) Tribunal Regional Federal.
- d) Senado Federal.
- e) Justiça Federal de 1ª instância.

35. Durante aula sobre a estrutura do Ministério Público da União, o professor apresentou diferentes cenários para análise dos alunos. Em um deles, mencionou que determinado membro do MPU atua perante as Auditorias Militares. Em outro, destacou um membro com atribuição junto ao STJ e outro, ainda, que oficia perante Juízes Federais em comarcas onde não há sede da Procuradoria. Considerando os cargos e os respectivos foros de atuação no âmbito do MPU, assinale a alternativa correta:

- a) Os Promotores da Justiça Militar atuam exclusivamente perante o Superior Tribunal Militar.
- b) Os Subprocuradores-Gerais da República atuam exclusivamente perante os Juízes Federais e TRFs.
- c) Os Procuradores da República atuam exclusivamente junto ao TRF da região de sua lotação.
- d) Os Subprocuradores-Gerais da Justiça Militar atuam junto ao STM e à Câmara de Coordenação e Revisão.
- e) Os Procuradores Regionais da República atuam perante o STJ por delegação do PGR.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

36. Carla e Ana vivem em união estável homoafetiva e realizaram o procedimento de inseminação artificial, cabendo à Ana a realização da gestação. Carla é servidora efetiva e Ana ocupa cargo comissionado. Por motivos profissionais, Ana não pode se afastar, e Carla solicitou a licença-maternidade. O órgão negou, alegando que a licença só poderia ser concedida à servidora gestante.

Acerca do regime constitucional aplicável aos servidores públicos, com base na jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta:

- a) ambas teriam direito à licença-maternidade, sendo que Carla poderá usufruir do benefício pelo prazo geral da licença-maternidade, uma vez que Ana optou por não usufruir do benefício.
- b) apenas Carla teria direito à licença-maternidade, por ser efetiva, mas somente se fosse a gestante.
- c) Ana não faria jus à licença, por exercer cargo de provimento em comissão.
- d) ambas têm direito à licença-maternidade, de igual duração, em razão da isonomia.
- e) nenhuma das duas teria direito à licença-maternidade, por falta de previsão legal.

37. Acerca dos atos de improbidade que atentam contra os princípios administrativos, da reforma da Lei de Improbidade e da indisponibilidade dos bens, nos termos do previsto na Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa (LIA) e da jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a opção correta:

- a) o rol de atos que atentam contra os princípios é considerado exemplificativo.
- b) a violação dos princípios da administração pública depende da ocorrência de dano ao patrimônio público ou de enriquecimento ilícito do agente.
- c) não há abolição da tipicidade da conduta de improbidade administrativa, reconhecida antes das alterações dadas pela Lei 14.230/2021, quando os fatos analisados evidenciarem a concretização das novas hipóteses de condutas previstas nos incisos do art. 11 da Lei de Improbidade Administrativa, como no caso do nepotismo, em razão do princípio da continuidade típico-normativa.
- d) as disposições da Lei n. 14.230/2021 não são aplicáveis aos processos em curso para regular o procedimento da tutela provisória de indisponibilidade de bens, por se tratar de medida processual, de modo que as medidas já deferidas não devem ser reapreciadas para fins de adequação à atual redação dada à Lei de Improbidade.
- e) para fins de indisponibilidade de bens, que se aplica até mesmo quanto aos atos que atentam contra os princípios, há solidariedade entre os corréus da ação de improbidade administrativa, de modo que a constrição deve recair sobre os bens de todos eles, sem divisão em quota-partes, limitando-se o somatório da medida ao *quantum* determinado pelo juiz, sendo defeso que o bloqueio corresponda ao débito total em relação a cada um.

38. Mateus é prefeito municipal e acabou de realizar a sua prestação de contas anual, relativamente aos seus atos de governo e de gestão. O processo foi encaminhado para o Tribunal de Contas do Estado – TCE e, após avaliação da Corte, as contas foram

remetidas à Câmara Municipal. Sem prejuízo do envio ao Legislativo, o TCE julgou as contas de gestão, aplicando multa ao prefeito municipal por irregularidades identificadas.

Paralelamente, Mateus foi notificado acerca da instauração de procedimento de tomada de contas especial que tramitava no âmbito do Tribunal de Contas da União – TCU, versando sobre irregularidades na aplicação de recursos públicos federais repassados ao município em que Mateus era prefeito por meio de convênio interfederativo de repasse de verbas. A tomada de contas especial foi julgada pelo TCU, com aplicação de sanções a Mateus, sendo que tais contas não passaram pelo crivo do legislativo municipal.

Considerando as situações hipotéticas acima, marque a alternativa correta, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF. Considere que o TCE é o órgão técnico que presta o auxílio às câmaras municipais no controle externo municipal.

- a) As contas anuais de governo e de gestão do prefeito deveriam ser julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado, cabendo à Câmara Municipal alterar o julgamento mediante dois terços de seus membros.
- b) O TCU poderia condenar o prefeito municipal na tomada de contas especial, mas subsistiria a prerrogativa do Legislativo de alterar o julgamento por meio de dois terços dos seus membros. Por outro lado, as contas de governo e de gestão são julgadas pelo Legislativo, que deverá seguir o parecer vinculante da Corte de Contas estadual.
- c) As contas de governo, de gestão e de convênios interfederativos de repasse de verbas públicas são julgadas pelo Poder Legislativo, mediante quórum de dois terços dos seus membros, cabendo aos tribunais de contas apenas a emissão dos pareceres prévios.
- d) Compete aos Tribunais de Contas o julgamento das contas de Prefeitos que atuem na qualidade de ordenadores de despesas; essa competência, quando atestada a irregularidade de contas de

gestão prestadas por Prefeitos ordenadores de despesa, se restringe à imputação de débito e à aplicação de sanções fora da esfera eleitoral, independentemente de ratificação pelas Câmaras Municipais.

e) O TCU poderia condenar o prefeito municipal na tomada de contas especial, sem que haja posterior análise pelo Poder Legislativo; o TCE não tem competência para julgar as contas de gestão do prefeito, mas apenas para emitir o parecer prévio; a Câmara Municipal tem competência para julgar as contas de governo e de gestão, sendo imprescindível o quórum de dois terços para contrariar o parecer prévio da Corte de Contas.

39. Durante uma auditoria fiscal em uma *startup* de análise de crédito, o Auditor da Receita Estadual identificou que a empresa coleta e compartilha dados de consumidores com outras *fintechs*, inclusive dados sensíveis, como origem racial e histórico médico. O compartilhamento é feito com base em cláusula genérica de consentimento no contrato eletrônico. Não há informações claras sobre os critérios de uso dos dados ou os responsáveis pelo tratamento. Com base na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), assinale a alternativa correta:

- a) o consentimento genérico é válido desde que o titular não manifeste oposição expressa ao tratamento dos dados.
- b) dados sensíveis podem ser compartilhados livremente entre empresas, desde que constem em contratos assinados digitalmente.
- c) a ausência de transparência na identificação dos responsáveis não afeta a validade do tratamento de dados.
- d) o tratamento de dados sensíveis para fins de análise de crédito dispensa consentimento específico.
- e) o consentimento deve ser específico, destacado e baseado em finalidade legítima, sendo nulo quando genérico ou baseado em cláusulas obscuras.

40. Durante situação de emergência pública declarada no Município Alfa, a Administração contratou, por dispensa de licitação, a sociedade empresária Gama, para fornecimento imediato de materiais médicos. Passados treze meses da contratação inicial e persistindo a situação emergencial, cogita-se a possibilidade de nova contratação direta da mesma empresa, com fundamento na mesma situação. À luz da legislação aplicável e do entendimento consolidado pela jurisprudência, assinale a alternativa correta:

- a) a sociedade empresária Gama poderá ser novamente contratada diretamente, desde que demonstre ter capacidade técnica e vantajosidade na nova proposta.
- b) a vedação legal à recontratação da sociedade empresária Gama é inconstitucional, pois viola os princípios da eficiência e da continuidade do serviço público.
- c) a sociedade empresária Gama poderá ser contratada diretamente apenas se o novo contrato tiver por base um fundamento legal diverso do utilizado na contratação anterior, sendo vedada a prorrogação pelo mesmo motivo, ainda que o prazo total fosse inferior a um ano.
- d) a sociedade empresária Gama poderá ser novamente contratada com base no mesmo dispositivo legal, desde que se tratasse de nova emergência ou calamidade pública, distinta da anteriormente declarada.
- e) a vedação à recontratação da sociedade empresária Gama aplica-se a qualquer hipótese futura de contratação direta, mesmo que por novo fundamento legal ou em nova situação emergencial.

41. Rodrigo é tabelião de notas em uma cidade do interior. Em uma ocasião, ele foi responsável por lavrar uma escritura pública de venda de imóvel, onde cometeu um erro ao registrar a descrição do imóvel, colocando a área errada. Devido a essa imprecisão, Ana, a compradora, enfrentou dificuldades para obter o financiamento bancário necessário para a aquisição do imóvel, o que lhe causou perda financeira e transtornos significativos. Ana só conseguiu resolver a situação e obter o financiamento após 18 meses, quando o erro foi corrigido por meio de uma nova escritura pública. Ana decidiu ajuizar uma ação de indenização, alegando que o erro do tabelião lhe causou danos financeiros. Diante desse cenário, sobre a responsabilidade do Estado e a ação de indenização proposta por Ana, assinale a alternativa correta:

- a) a ação deverá ser proposta contra o Estado e não contra o tabelião, sendo que aquele responde objetivamente pelos atos dos tabeliões que, no exercício de suas funções, causarem danos a terceiros, cabendo o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.
- b) o Estado responde de forma subjetiva e subsidiária diante do dano causado pelos atos dos tabeliões.
- c) a responsabilidade do Estado é solidária com a do tabelião.
- d) a responsabilidade civil é objetiva e primária do tabelião, sendo que a ação deverá ser proposta contra este, podendo o tabelião propor ação de regresso contra o seu funcionário que cometeu o erro, no caso de dolo ou culpa.
- e) Ana pode ajuizar a ação de indenização diretamente contra o tabelião, que poderá propor ação de regresso contra o Estado.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Nelma Fontana*

42. Lucas, servidor público federal, teve sua promoção funcional negada por decisão administrativa fundamentada em interpretação controvertida de norma interna, mesmo preenchendo todos os requisitos objetivos para o avanço na carreira. Após tentar resolver a situação administrativamente sem sucesso, buscou ajuda jurídica para reverter a situação. Seu advogado analisou o caso e entendeu que o ato foi ilegal, pois violou direito subjetivo de Lucas, líquido e certo, comprovável por documentos oficiais já existentes. Considerando o caso narrado e os remédios constitucionais previstos na CF/1988, assinale a alternativa que apresenta o instrumento processual mais adequado para a tutela do direito violado:

- a) Habeas corpus, pois houve violação a direito fundamental do servidor público, justificando-se a concessão de ordem em defesa da sua dignidade funcional.
- b) Ação popular, pois o ato administrativo ilegal que negou a promoção de Lucas viola o princípio da moralidade administrativa, sendo passível de anulação por qualquer cidadão.
- c) Mandado de segurança, pois o direito à promoção funcional é líquido e certo, e o ato administrativo violador é de autoridade pública, não sendo cabível habeas corpus nem habeas data.
- d) Habeas data, pois a obtenção da promoção funcional depende do acesso e eventual retificação de informações constantes no banco de dados funcional da Administração.
- e) Mandado de injunção, pois a norma interna que disciplina a promoção é de eficácia limitada e ainda carece de regulamentação, impedindo o exercício pleno do direito de Lucas.

43. Carla, jornalista investigativa, publicou reportagem sobre práticas médicas ilegais em clínicas clandestinas. Uma das matérias relatava a realização de interrupções voluntárias de gravidez em fetos diagnosticados com microcefalia causada por zika vírus, com base em laudos médicos e entrevistas com pacientes e profissionais. O conteúdo causou grande repercussão social e levou o Ministério Público a ajuizar ação contra as clínicas envolvidas. Contudo, alguns grupos religiosos passaram a ameaçar Carla nas redes sociais, acusando-a de “incentivar o aborto” e exigindo a sua punição criminal por apologia ao crime.

Dante do caso apresentado, e com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre os direitos fundamentais previstos no art. 5º da CF/1988, assinale a alternativa correta

- a) Carla praticou crime de apologia ao aborto, já que a reportagem dá visibilidade à prática, e a liberdade de expressão não protege condutas contrárias à moral pública.
- b) A liberdade de manifestação do pensamento não é absoluta, razão pela qual Carla poderá responder civil e penalmente pela reportagem, independentemente de sua veracidade.
- c) A divulgação da reportagem está amparada pela liberdade de informação e de expressão jornalística, sendo vedada qualquer forma de censura ou punição pela opinião expressa.
- d) O direito à vida do nascituro é absoluto, de modo que a simples menção à prática de aborto em qualquer hipótese fere o preceito constitucional.
- e) A responsabilização de Carla depende exclusivamente da comprovação de que a matéria foi publicada com intenção de causar dano à imagem das clínicas clandestinas.

44. Rafael, foi vítima de sucessivos episódios de violência psicológica e física praticados por seu companheiro, João, em contexto de relação afetiva e convivência doméstica. Ao buscar proteção legal, teve negado o pedido de medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha, sob o fundamento de que a norma teria aplicação exclusiva às mulheres cisgênero. Diante da omissão legislativa quanto à proteção específica de homens GBTI+ vítimas de violência doméstica, o Ministério Público propôs ação constitucional para assegurar o direito fundamental de Rafael à segurança, à dignidade e à igualdade, invocando a jurisprudência mais atual do Supremo Tribunal Federal.

Com base no caso narrado e na jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta

- a) A negativa do pedido de medidas protetivas é legítima, pois a Lei Maria da Penha tem como pressuposto a violência de gênero contra a mulher, sendo inaplicável a casais homoafetivos masculinos.
- b) O Supremo Tribunal Federal reconheceu a mora legislativa em editar norma específica e determinou, por meio de mandado de injunção, a aplicação da Lei Maria da Penha a casais homoafetivos masculinos, em determinadas circunstâncias.
- c) O mandado de injunção não é a via adequada para suprir lacuna legislativa em matéria penal ou processual penal, razão pela qual eventual omissão deve ser solucionada pelo controle concentrado de constitucionalidade.
- d) A proteção contra violência doméstica nas relações homoafetivas já é plenamente assegurada pela legislação comum, não havendo necessidade de extensão da Lei Maria da Penha a esses casos.
- e) Apenas decisão vinculante em sede de ação direta de constitucionalidade pode obrigar o Poder Judiciário a aplicar analogicamente a Lei Maria da Penha em relações homoafetivas masculinas.

45. Joana, mãe solo de três filhos pequenos e residente em uma comunidade de baixa renda, teve seu acesso ao programa de transferência de renda do governo federal suspenso por mudança na regulamentação administrativa, sem qualquer justificativa individualizada. Com o corte do benefício, Joana ficou sem condições de prover alimentos e itens básicos para os filhos. Ela ajuizou ação buscando o restabelecimento do benefício, com base nos direitos sociais previstos na CF/1988, argumentando que a decisão violava seu direito ao mínimo existencial e à dignidade da pessoa humana.

Com base no caso e nos princípios constitucionais aplicáveis aos direitos sociais, assinale a alternativa correta

- a) O princípio da reserva do possível impede qualquer obrigação judicial ao Estado para garantir prestações sociais, como programas de renda mínima, por serem de caráter discricionário.
- b) O direito à assistência aos desamparados é um direito programático e, portanto, não pode ser exigido judicialmente, salvo após regulamentação específica.
- c) O Estado pode suspender ou modificar programas sociais a qualquer tempo, desde que respeitada a legalidade, não havendo vedação ao retrocesso social.
- d) A suspensão do benefício, sem fundamento legítimo e individualizado, viola o princípio do mínimo existencial, sendo possível sua judicialização.
- e) A concessão de benefícios sociais depende exclusivamente da vontade política do administrador, não havendo direito subjetivo do cidadão à sua manutenção.

46. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou resolução disciplinando a jornada de trabalho dos servidores do Poder Judiciário e impondo limites ao preenchimento de cargos em comissão e ao número de servidores requisitados ou cedidos de outros órgãos. A norma foi questionada perante o Supremo Tribunal Federal, sob o argumento de que invadiria competências locais e violaria o princípio da separação dos poderes, em razão do autogoverno dos tribunais.

Com base no entendimento do STF e na sistemática constitucional, assinale a alternativa correta

- a) A resolução do CNJ foi declarada inconstitucional, pois invadiu a competência administrativa dos tribunais estaduais e afrontou o princípio federativo.
- b) A resolução foi considerada parcialmente inconstitucional, uma vez que apenas os tribunais locais podem fixar a jornada de trabalho de seus servidores.
- c) A resolução foi considerada constitucional, por tratar de matéria administrativa com fundamento na competência do CNJ para controle da gestão do Judiciário.
- d) A resolução foi considerada constitucional, desde que aplicada exclusivamente aos tribunais superiores sediados em Brasília.
- e) A resolução foi considerada inconstitucional, pois apenas lei federal poderia estabelecer limites à ocupação de cargos em comissão no Poder Judiciário.

47. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), regularmente instalada no âmbito do Senado Federal, investigava denúncias de desvio de verbas públicas envolvendo contratos administrativos firmados por determinado órgão da Administração Pública Federal. Durante os trabalhos da Comissão, foram solicitadas diversas diligências, como quebra de sigilos, requisições de documentos e intimações de testemunhas. O presidente da CPI deliberou monocraticamente sobre a quebra de sigilo bancário de investigado, alegando urgência no andamento dos trabalhos.

À luz do sistema constitucional brasileiro e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta

- a) A CPI pode, excepcionalmente, decretar medidas cautelares de natureza civil ou penal, desde que relacionadas ao objeto da investigação.
- b) É válida a decisão monocrática do presidente da CPI quando houver urgência e risco de perecimento da prova.
- c) A CPI pode determinar a condução coercitiva de investigado que injustificadamente se recusar a depor.
- d) A CPI pode determinar busca e apreensão domiciliar, desde que autorizada pela maioria absoluta de seus membros.
- e) A quebra de sigilo bancário, fiscal ou telefônico somente pode ser determinada por deliberação colegiada da CPI, observada a motivação e a maioria absoluta de seus membros.

DIREITO CIVIL*Paulo Sousa*

48. Antônio é advogado autônomo e atua como consultor jurídico em três capitais: Brasília, onde mantém escritório compartilhado com outros profissionais e passa parte da semana; Goiânia, onde reside com sua esposa e filhos e participa ativamente da vida comunitária; e São Paulo, onde possui um pequeno apartamento e costuma realizar atendimentos a clientes e participar de eventos jurídicos. Em cada uma dessas cidades, Antônio passa pelo menos uma semana por mês e mantém vínculos econômicos, sociais e familiares.

Recentemente, um cliente com quem celebrou contrato em São Paulo ajuizou ação judicial em Brasília, alegando que ali seria o domicílio de Antônio. A defesa contestou a competência territorial, afirmando que, por exercer suas principais atividades e manter sua residência principal em Goiânia, essa deveria ser considerada seu único domicílio civil.

Considerando as normas do Código Civil sobre o domicílio da pessoa natural, e a situação hipotética acima, assinale a alternativa correta

- a) Antônio, por exercer profissão itinerante, é considerado domiciliado em todas as cidades onde mantém residência, sendo possível a escolha do domicílio aplicável a cada relação jurídica.
- b) O domicílio de Antônio será unicamente São Paulo, cidade onde ele realiza a maior parte de suas atividades profissionais.
- c) Por se tratar de profissional liberal, Antônio terá como domicílio o local de seu nascimento, salvo disposição contratual em sentido contrário.
- d) Se Antônio firmar contrato elegendo o domicílio de Brasília para dirimir conflitos, essa cláusula será inválida por contrariar o princípio da territorialidade.
- e) O domicílio da pessoa natural é sempre único e exclusivamente o local de sua residência habitual, independentemente do exercício profissional.

49. Letícia, artista plástica, foi surpreendida ao ver sua fotografia, capturada por um desconhecido durante um festival, sendo usada em uma campanha publicitária de uma grande empresa de bebidas, sem sua autorização. Ao saber do ocorrido, Letícia ingressou com ação judicial requerendo indenização por danos morais, alegando violação do direito à imagem. A empresa defendeu-se argumentando que o evento era público e que não houve qualquer intenção ofensiva ou vexatória.

Considerando a jurisprudência do STJ e a disciplina dos direitos da personalidade no CC/2002, assinale a alternativa correta

- a) A empresa não é obrigada a indenizar, pois a foto foi tirada em local público e sem intenção ofensiva, afastando o dano moral.
- b) É indispensável demonstrar efetivo prejuízo moral ou financeiro para que Letícia faça jus à indenização.
- c) O uso comercial da imagem de pessoa, ainda que em local público e sem conotação ofensiva, configura violação ao direito da personalidade e enseja indenização, independentemente de prova de dano.
- d) Apenas se a campanha tivesse causado humilhação pública a Letícia seria cabível indenização.
- e) A indenização depende de prévia autorização judicial para a publicação da imagem.

50. Patrícia, colecionadora de antiguidades, adquiriu uma escultura em um leilão virtual, anunciada como original do século XIX. O anúncio era acompanhado de um certificado de autenticidade emitido por uma galeria renomada, o que foi determinante para a decisão de compra. Após receber a peça, Patrícia submeteu-a à análise técnica, que constatou ser uma réplica do século XX, sem qualquer valor artístico ou histórico relevante. Ao investigar a origem do certificado, ela descobriu que a galeria tinha pleno conhecimento

da falsidade e, mesmo assim, endossou a autenticidade da obra para fins comerciais.

Diante dessa situação, assinale a alternativa correta

- a) O negócio jurídico é nulo, pois o dolo torna inexistente o consentimento e invalida o ato de forma absoluta.
- b) O negócio jurídico é anulável, pois houve dolo essencial, praticado com intenção de induzir a parte à celebração do contrato.
- c) O negócio jurídico é válido, pois a boa-fé do comprador não basta para anular o contrato, que já foi executado.
- d) O negócio jurídico é nulo, pois o objeto se torna ilícito diante da falsificação da autenticidade.
- e) O negócio jurídico é válido, mas gera o dever de indenizar, sendo incabível sua anulação judicial.

51. Leonardo, Mário e Bruna contraíram, juntos, uma dívida de R\$ 90.000,00 em favor de Marina, para fins de investimento em uma empresa. O contrato firmado entre as partes previa expressamente a cláusula de solidariedade entre os devedores. Posteriormente, Marina cedeu seu crédito a João, sem notificar previamente os devedores. João, novo credor, ingressou com ação cobrando o valor integral apenas contra Leonardo. Considerando as disposições do Código Civil de 2002, assinale a alternativa correta

- a) João não poderá cobrar o valor total de Leonardo, pois a cobrança deve ser dividida entre todos os devedores solidários.
- b) A cessão do crédito sem anuênciamos devedores extingue a solidariedade, tornando a obrigação indivisível.
- c) João poderá exigir a totalidade do crédito de Leonardo, que, após o pagamento, poderá cobrar regressivamente a cota dos coobrigados.
- d) A solidariedade ativa impede a cessão do crédito, exceto com consentimento expresso de todos os devedores.
- e) O credor original deveria ter ingressado com ação contra todos os devedores solidários conjuntamente, sob pena de nulidade do processo.

52. João recebeu de sua tia um imóvel em comodato verbal para morar enquanto cursava faculdade. Após concluir os estudos, passou a alugar o imóvel a terceiros sem informar à proprietária e passou a agir como se fosse dono. Anos depois, ao ser notificado a restituir o bem, recusou-se, afirmando que estava na posse há mais de cinco anos e que, portanto, teria direito à usucapião.

Com base na disciplina da posse no Código Civil de 2002, assinale a alternativa correta

- a) João é possuidor de boa-fé, pois recebeu o imóvel com autorização da proprietária e permaneceu por longo tempo no local.
- b) A posse de João é precária desde a origem e, por isso, nunca poderá ser convertida em posse *ad usucaptionem*.
- c) João é possuidor de má-fé, pois agiu com abuso de confiança, e sua posse é injusta desde o momento em que passou a agir como dono.
- d) A posse de João é direta e justa, e pode ser convertida em indireta se for transmitida a terceiros mediante contrato oneroso.
- e) João poderá adquirir a propriedade por usucapião ordinária, pois exerceu posse contínua, pacífica e com justo título.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques*

53. O Ministério Públíco Federal ajuizou ação civil pública na subseção judiciária de Belo Horizonte – MG, pleiteando indenização por danos morais coletivos e obrigação de fazer, consistente na regularização de construção prejudicial ao meio ambiente. Pouco tempo depois, foi ajuizada ação entre particulares e distribuída a outro juízo federal, envolvendo a construção citada, com causa de pedir e pedidos diversos, tendo a União manifestado interesse na demanda. Caso se entenda que possa haver risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias, o Código de Processo Civil dispõe que:

- a) Haverá continência e os processos devem ser reunidos para julgamento conjunto.
- b) Haverá conexão e os processos devem ser reunidos para julgamento conjunto.
- c) Não haverá conexão, mas os processos devem ser reunidos para julgamento conjunto.
- d) Haverá conflito de competência e o Superior Tribunal de Justiça deverá decidir se os processos devem ou não ser reunidos.
- e) A reunião dos processos para julgamento é inviável diante da ausência de conexão.

54. O Ministério Público Federal ajuizou ação de improbidade administrativa em face de Carlos, em virtude de suposto desvio de verbas públicas apuradas no curso de inquérito civil. Em que pese a existência de infundáveis tentativas de localização do requerido nos seus sistemas internos, em nenhuma foi possível localizar o réu. Diante disso, o membro do *parquet* pleiteou auxílio para o juízo, a fim de que encontrasse nos sistemas do tribunal endereços para a localização do requerido, o que foi indeferido. Na fundamentação, o magistrado justificou não poder auxiliar na busca pelo requerido, pois isso implicaria em violação de seu dever de imparcialidade. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ):

- a) Agiu corretamente o magistrado, mas a justificativa para o indeferimento deveria ser a violação da paridade das armas.
- b) Agiu corretamente o magistrado tanto na conduta, quanto na justificativa.
- c) Agiu corretamente o magistrado, uma vez que não localizado o réu caberia ao autor pleitear a citação por edital e não pedir auxílio ao juízo.
- d) Agiu incorretamente o magistrado, pois quando comprovado o empenho da parte e o insucesso das medidas adotadas pelo autor, é possível o auxílio do juiz.
- e) Agiu incorretamente o magistrado, pois independentemente da comprovação de empenho da parte na busca por endereços, cabe ao juiz agir em colaboração com as partes.

55. Pedro, recém ingresso no cargo de Analista do MPU e lotado em Boa Vista – Roraima, exercerá suas funções junto ao Procurador da República com atribuição cível. Diante disso, começou a estudar as atribuições do Ministério Público no âmbito do Código de Processo Civil. Nos seus estudos, chegou à correta conclusão de que:

- a) Nas causas em que atuar, o Ministério Público somente poderá arguir a incompetência se ela for absoluta.
- b) As perícias requeridas pelo Ministério Público não poderão ser realizadas por entidade pública, diante de sua independência funcional.
- c) Os motivos de suspeição e impedimento não se aplicam ao Ministério Público, uma vez que não se exige dos seus membros uma atuação imparcial.
- d) A participação da Fazenda Pública configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.
- e) O membro do Ministério Público será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.

56. Em determinado cumprimento de sentença promovida pelo Ministério Público Federal, após tentativas infrutíferas de localização de bens do devedor, pretende-se instaurar incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Sobre o tema, assinale a alternativa que se coaduna com o disposto no Código de Processo Civil:

- a) A instauração do incidente não é cabível no cumprimento de sentença.
- b) Concluída a instrução, se necessária, o incidente será resolvido por decisão interlocutória.
- c) Acolhido o pedido de desconsideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude de execução, será nula.
- d) Instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 30 (trinta) dias.
- e) A instauração do incidente não suspenderá o processo.

57. O Ministério Público Federal e o Ibama ajuizaram ação civil pública em desfavor de Bruna, buscando a reparação de dano ambiental oriunda de queimada ilegal. Inicialmente, o processo foi distribuído na Justiça Federal, mas o juízo federal declarou a sua incompetência e determinou a remessa dos autos à Justiça Estadual, sob o argumento de inexistência de interesse direto e específico do IBAMA em integrar o polo ativo da demanda. Ao receber o processo, o juízo estadual suscitou conflito de competência, entendendo que a presença do Ministério Público Federal seria suficiente para que a demanda tramitasse na Justiça Federal. De acordo com o entendimento dos tribunais superiores e o disposto no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) A circunstância de figurar o Ministério Público Federal como parte na lide não é suficiente para determinar a competência da justiça federal.
- b) Compete à Justiça Estadual decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas.
- c) A decisão do Juízo Federal que exclui da relação processual ente federal pode ser reexaminada no Juízo Estadual, caso ilegal.
- d) Entendendo pela inexistência de interesse direto do IBAMA, o processo deveria ter sido extinto sem resolução do mérito, e não remetido para a justiça estadual, independentemente da possibilidade de atuação do Ministério Público Estadual.
- e) Entendendo pela inexistência de interesse direto do IBAMA, o processo deveria ter sido julgado improcedente, e não remetido para a justiça estadual.

DIREITO PENAL*Priscila Silveira*

58. Durante o exercício de suas atribuições como servidor público, Renato contribuiu, de forma culposa, para a subtração de um bem pertencente à repartição onde atua, fato esse praticado por um terceiro. Ressalta-se que Renato ressarciu integralmente o prejuízo causado à Administração Pública antes que houvesse decisão judicial definitiva. Considerando o caso descrito e as normas previstas no Código Penal brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) Renato teve a punibilidade extinta.
- b) Renato fará jus ao perdão judicial.
- c) A pena de Renato será atenuada.
- d) Renato poderá se beneficiar de causa de diminuição de pena.
- e) A reparação do dano não traz qualquer benefício ao agente.

59. Sobre as regras que regem a ação penal no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) Em caso de ação penal privada, havendo a morte do ofendido, o direito de oferecer queixa passará apenas ao cônjuge, ascendentes e descendente.
- b) Não é possível, em nenhuma hipótese, a propositura de ação penal privada em caso de crime previsto como de ação penal pública.
- c) Existem hipóteses em que a ação penal pública exige, como condição de procedibilidade, a prévia representação da vítima ou a requisição do Ministro da Justiça.
- d) O perdão do ofendido, nos crimes em que se procede mediante queixa, não obsta o prosseguimento da ação.
- e) Na ação penal pública condicionada à representação, ocorre a decadência se a manifestação de vontade não for feita no prazo de seis meses contados da data do fato criminoso.

60. Em relação aos crimes que atentam contra a dignidade sexual, assinale a alternativa correta:

- a) A conduta de praticar ato libidinoso distinto da conjunção carnal deixou de ser tipificada como crime com a revogação formal e material do artigo 214 do Código Penal, que previa o crime de atentado ao pudor.
- b) O beijo com conotação sexual não é considerado ato libidinoso suficiente para caracterizar o crime de estupro.
- c) A ocorrência do crime de estupro exige, necessariamente, a existência de contato físico entre autor e vítima.
- d) Se do estupro resultar gravidez, haverá causa de aumento de pena prevista em lei.
- e) Admite-se a possibilidade de reclassificação do crime de estupro de vulnerável para o tipo penal de importunação sexual.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Antônio Pequeno

61. O condenado para progredir de regime é necessário o preenchimento do requisito objetivo, que significa o percentual necessário a ser cumprido de acordo com a condenação, e o requisito subjetivo, que de acordo com a Lei de Execução Penal (Lei Nº 7210/1984), com o advento da Lei nº 14.843/2024, passou a ser:

- a) Somente o bom comportamento carcerário.
- b) Somente o exame criminológico.
- c) O bom comportamento carcerário, atestado pelo diretor do estabelecimento, e o exame criminológico em todos os casos.
- d) Somente o regular comportamento carcerário.
- e) Não ter praticado falta.

62. De acordo com a Lei nº 13.869/2019, marque a alternativa que traga o crime de violência institucional:

- a) Constranger a depor, sob ameaça de prisão, pessoa que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, deva guardar segredo ou resguardar sigilo;
- b) Submeter a vítima de infração penal ou a testemunha de crimes violentos a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos, que a leve a reviver, sem estrita necessidade
- c) Deixar de identificar-se ou identificar-se falsamente ao preso por ocasião de sua captura ou quando deva fazê-lo durante sua detenção ou prisão
- d) Submeter o preso a interrogatório policial durante o período de repouso noturno, salvo se capturado em flagrante delito ou se ele, devidamente assistido, consentir em prestar declarações.
- e) Impedir ou retardar, injustificadamente, o envio de pleito de preso à autoridade judiciária competente para a apreciação da legalidade de sua prisão ou das circunstâncias de sua custódia.

DIREITO PROCESSUAL PENAL*Renan Araujo*

63. Acerca dos princípios do processo penal, julgue os itens seguintes e assinale a alternativa correta:

- a) Ações penais em curso, sem condenação definitiva, podem configurar maus antecedentes para fins de fixação da pena-base, não havendo violação ao princípio da presunção de inocência.
- b) O imputado pode ser conduzido coercitivamente à audiência para fins de reconhecimento pessoal pela vítima, sem que isso represente violação ao princípio da vedação à autoincriminação.
- c) A redistribuição de processos em razão do procedimento de especialização de varas criminais viola o princípio do Juízo Natural.
- d) A existência de prisões cautelares no curso da persecução penal ofende o princípio da presunção de inocência, eis que configuram *cárcer ad poenam* antes do trânsito em julgado.
- e) A execução provisória de pena criminal é amplamente admitida, não configurando violação ao princípio da presunção de inocência, conforme entendimento mais recente do STF.

64. Policiais federais se dirigiram até determinada residência com vistas ao cumprimento de mandado de prisão preventiva, expedido pela autoridade judiciária competente em desfavor de Victor, investigado em determinado inquérito pela suposta prática do crime de tráfico internacional de drogas. Lá chegando, anunciaram ao morador a diligência. O destinatário do mandado abriu a porta e não se opôs à prisão, que foi imediatamente realizada pelos agentes policiais. Os agentes policiais, contudo, resolveram realizar busca no local, com a finalidade de encontrar eventuais elementos de convicção que pudessem ser úteis à persecução penal. Após vasculharem minuciosamente o local, encontraram alguns documentos e objetos que entenderam estar relacionados ao fato criminoso que ensejou a prisão preventiva, razão pela qual realizaram a apreensão.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) a prisão de Victor é legal, mas os documentos e objetos apreendidos não poderão ser utilizados como elementos de convicção, eis que devem ser considerados como prova ilícita decorrente de busca domiciliar realizada sem autorização judicial, configurando pescaria probatória (*fishing expedition*).
- b) os policiais agiram corretamente, pois o ingresso no local se deu em razão de ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.
- c) A diligência é nula, devendo ser relaxada a prisão de Victor, em razão do desvio de finalidade.
- d) os policiais agiram corretamente, eis que a busca independe de mandado se realizada no caso de prisão.
- e) o cumprimento de mandado de prisão na residência de Victor não autoriza a apreensão de nenhum objeto ou documento, em nenhuma hipótese.

65. Em determinado processo que tramita pelo procedimento comum (rito ordinário), o Juiz determinou a condução coercitiva do réu Leonardo, ao fundamento de que este não poderia deixar de comparecer ao seu interrogatório. Antes do interrogatório, o Juiz informou ao réu sobre seu direito ao silêncio, advertindo-o de que o silêncio não importaria confissão, mas poderia ser interpretado em seu prejuízo. Ouvido, Leonardo confessou a prática delitiva. Após o interrogatório do réu, foram ouvidas as testemunhas de acusação e de defesa, nessa ordem.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- a) Conforme entendimento do STF, a condução coercitiva do réu foi válida, já que o interrogatório corresponde ao exercício da autodefesa pelo réu.
- b) O interrogatório do réu deveria ter sido o último ato da instrução processual realizada em audiência, conforme expressa previsão do CPP.
- c) O Juiz, ao informar ao réu sobre as consequências do exercício do direito ao silêncio, respeitou todas as regras processuais.
- d) Dada a confissão, a condenação de Leonardo é medida que se impõe, em razão da adoção do sistema tarifado da prova.
- e) O interrogatório do réu deveria ter sido realizado após a oitiva das testemunhas de defesa, mas antes da oitiva das testemunhas de acusação.

66. Fernando foi denunciado pelo Ministério Pùblico Federal pela suposta prática do crime de estelionato (pena: reclusão de 01 a 05 anos e multa), que teria sido praticado em desfavor da Caixa Econômica Federal. Segundo consta na denúncia, Fernando teria se passado por um técnico em manutenção de elevadores para ingressar no prédio do Banco sem levantar suspeitas e, valendo-se de tal facilidade, subtrair três *notebooks* pertencentes à referida empresa pública federal, avaliados em R\$ 12.000,00 cada. O Juízo, ao final da instrução, entendeu que o fato narrado constituía, na verdade, o crime de furto qualificado pela fraude (pena: reclusão de 02 a 08 anos e multa).

Nesse caso, é correto afirmar que se está diante de:

- a) Mutatio libelli, não podendo o Juiz condenar Fernando pelo crime de furto qualificado, por ter este uma pena mais grave que o delito originalmente imputado na denúncia.
- b) Mutatio libelli, podendo o Juiz condenar Fernando pelo crime de furto qualificado, ainda que este tenha pena mais grave que o delito originalmente imputado na denúncia.
- c) Emendatio libelli, não podendo o Juiz condenar Fernando pelo crime de furto qualificado, por ter este uma pena mais grave que o delito originalmente imputado na denúncia.
- d) Mutatio libelli, podendo o Juiz condenar Fernando pelo crime de furto qualificado apenas se houver aditamento da denúncia por parte do MP.
- e) Emendatio libelli, podendo o Juiz condenar Fernando pelo crime de furto qualificado, ainda que este tenha pena mais grave que o delito originalmente imputado na denúncia.

DIREITO AMBIENTAL*André Rocha*

67. Sociedade empresária Gama Ltda, desejando a aprovação da viabilidade ambiental de um novo empreendimento, solicita no órgão ambiental estadual a licença prévia no dia 01/01/2025. Após 12 (doze) meses sem retorno do órgão ambiental, com base nos prazos preconizados pela Resolução Conama nº 237/1997, os proprietários da empresa aprovaram o início das obras.

Sobre a situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) Para a aprovação da viabilidade ambiental e construção do empreendimento, dever-se-ia solicitar a licença de instalação, razão pela qual o ato inicial da sociedade empresária já contém vício.
- b) O decurso dos prazos previstos na Resolução Conama nº 237/1997 não implica a emissão tácita de licença, nem autoriza ato que dela dependa, motivo pelo qual o início das obras não poderia ter sido iniciado.
- c) Após o decurso dos prazos previstos na Resolução Conama nº 237/1997 sem manifestação do órgão ambiental, a licença fica automaticamente aprovada até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente, que poderá, na sua decisão, interromper ou não a continuidade das obras.
- d) A situação é irregular, mas, caso o órgão ambiental tivesse aprovado a licença prévia no prazo previsto na Resolução Conama nº 237/1997, as obras poderiam ser iniciadas.
- e) O prazo previsto na Resolução Conama nº 237/1997 é de até 3 (três) anos para a análise da licença prévia, não havendo irregularidade do caso descrito.

68. Elias, proprietário rural, deseja instituir um instrumento econômico da Política Nacional do Meio Ambiente com vistas a limitar voluntariamente o uso de parte de sua propriedade para recuperar os recursos ambientais ali existentes.

Sobre essa temática, assinale a alternativa correta.

- a) Ele poderá instituir uma concessão florestal, não se aplicando tal instrumento às áreas de preservação permanente e à reserva legal mínima exigida.
- b) Ele poderá instituir servidão ambiental, e a restrição ao uso ou à exploração da vegetação da área deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a área de preservação permanente.
- c) Ele poderá instituir uma concessão florestal, podendo esta ser onerosa ou gratuita.
- d) Ele poderá instituir servidão ambiental, vedada a alienação, cessão ou transferência da área.
- e) Ele poderá instituir servidão ambiental, sendo sua obrigação defender a posse da área serviente, por todos os meios em direito admitidos.

69. A Sociedade Empresária Ômega Ltda. deseja realizar atividade de mineração de bauxita no Estado ABC. Contudo, para viabilizar tal atividade, será necessária a supressão de vegetação nativa protetora de restinga fixadora de duna, razão pela qual a empresa solicitou a autorização de supressão junto ao órgão ambiental competente.

Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- a) Não será possível tal autorização, visto que a supressão de vegetação nativa protetora de restingas somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública, não contemplando atividades de mineração de bauxita.
- b) Não será possível tal autorização, visto que a supressão de vegetação nativa protetora de restingas somente poderá ser autorizada em caso de interesse social, não contemplando atividades de mineração de bauxita.
- c) Apenas as restingas estabilizadoras de mangues são consideradas áreas de preservação permanente, motivo pelo qual a autorização não se faz necessária.
- d) Não será possível tal autorização, visto que a supressão de vegetação nativa protetora de restingas somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública, contemplando apenas as atividades de mineração de areia, argila, saibro e cascalho.
- e) A autorização poderá ser solicitada, pois a supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, dunas e restingas poderá ser autorizada em caso de utilidade pública, o que contempla a atividade de mineração de bauxita.

70. João, proprietário rural, deseja aderir a um programa do Governo Federal que visa a concretizar o princípio do protetor-recebedor, remunerando proprietários rurais que realizem o provimento de serviços ambientais, preservando ou recuperando o meio ambiente em suas propriedades.

Para tanto, deverá escolher entre os tipos de serviços ecossistêmicos que irá desempenhar em sua propriedade, consultando a Lei nº 14.119/2021, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais.

Nela, encontra as seguintes possibilidades de serviços ecossistêmicos:

- I - serviços de suporte: os que concorrem para a manutenção da estabilidade dos processos ecossistêmicos, tais como o sequestro de carbono, a purificação do ar, a moderação de eventos climáticos extremos, a manutenção do equilíbrio do ciclo hidrológico, a minimização de enchentes e secas e o controle dos processos críticos de erosão e de deslizamento de encostas.
- II – serviços de regulação: os que mantêm a perenidade da vida na Terra, tais como a ciclagem de nutrientes, a decomposição de resíduos, a produção, a manutenção ou a renovação da fertilidade do solo, a polinização, a dispersão de sementes, o controle de populações de potenciais pragas e de vetores potenciais de doenças humanas, a proteção contra a radiação solar ultravioleta e a manutenção da biodiversidade e do patrimônio genético;
- III - serviços culturais: os que constituem benefícios não materiais providos pelos ecossistemas, por meio da recreação, do turismo, da identidade cultural, de experiências espirituais e estéticas e do desenvolvimento intelectual, entre outros.

Estão corretos os itens:

- a) I, somente.
- b) II, somente.
- c) III, somente.
- d) I e III, somente.
- e) II e III, somente.

DIREITO PENAL MILITAR*Antônio Pequeno*

71. Um militar das Forças Armadas praticou dois crimes em concurso, o primeiro foi o crime de motim, e o segundo o crime de violência contra superior. De acordo com a teoria clássica e a teoria de Direito Penal Comum, os crimes são respectivamente:

- a) propriamente militar e propriamente militar.
- b) propriamente militar e impropriamente militar.
- c) impropriamente militar e propriamente militar.
- d) impropriamente militar e impropriamente militar.
- e) crime militar por extensão e crime militar por extensão.

72. Um militar das Forças Armadas praticou um crime de homicídio doloso contra a vida de um civil, fora das hipóteses do art. 9º, §2º do CPM. Nessa situação hipotética, será competente para julgar esse crime:

- a) Justiça Militar da União.
- b) Tribunal do Júri.
- c) Superior Tribunal Militar.
- d) Justiça Militar Estadual.
- e) Superior Tribunal de Justiça.

73. O Código Penal Militar, diferentemente do Código Penal Comum, adotou no estado de necessidade a teoria:

- a) Unitária.
- b) Monista.
- c) Diferenciadora.
- d) Ubiquidade.
- e) Ultra-atividade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR*Antônio Pequeno*

74. Marque a alternativa abaixo, de acordo com o Código de Processo Penal Militar, que apresente o prazo para conclusão do inquérito policial militar quando o indiciado estiver solto:

- a) 40 dias.
- b) 20 dias.
- c) 10 dias.
- d) 30 dias.
- e) 60 dias.

75. Quanto à aplicação da Lei Processual Penal Militar, marque a alternativa incorreta:

- a) O processo penal militar reger-se-á pelas normas contidas neste Código, assim em tempo de paz como em tempo de guerra, salvo legislação especial que lhe for estritamente aplicável.
- b) Nos casos concretos, se houver divergência entre essas normas e as de convenção ou tratado de que o Brasil seja signatário, prevalecerão as últimas.
- c) A lei de processo penal militar deve ser interpretada no sentido literal de suas expressões. Os termos técnicos hão de ser entendidos em sua acepção especial, salvo se evidentemente empregados com outra significação.
- d) Admitir-se-á a interpretação extensiva ou a interpretação restritiva, quando for manifesto, no primeiro caso, que a expressão da lei é mais estrita e, no segundo, que é mais ampla, do que sua intenção.
- e) Os casos omissos no Código de Processo Penal Militar poderão ser supridos pela doutrina.

DIREITO DO TRABALHO*Antônio Daud*

76. Uma empresa de construção civil, visando otimizar seus custos e aumentar a eficiência na execução de um projeto de grande porte, decide implementar o regime de teletrabalho para alguns de seus engenheiros e arquitetos. Considerando as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) sobre o teletrabalho, assinale a alternativa correta sobre os requisitos e condições para a implementação desse regime:

- a) A adoção do regime de teletrabalho depende da anuência do sindicato da categoria, sendo obrigatória a negociação coletiva para sua implementação, visando garantir a proteção dos direitos dos trabalhadores e a manutenção de condições de trabalho adequadas.
- b) O regime de teletrabalho exige que o empregado compareça, no mínimo, duas vezes por semana às dependências da empresa para a realização de atividades específicas, como reuniões de equipe e treinamentos, sob pena de descaracterização do regime de teletrabalho.
- c) A prestação de serviços em regime de teletrabalho deve constar expressamente do contrato individual de trabalho, especificando por escrito as responsabilidades pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária, bem como o reembolso de despesas arcadas pelo empregado.
- d) O empregador é obrigado a fornecer aos empregados em regime de teletrabalho um auxílio mensal no valor de 10% do salário-base para cobrir as despesas com energia elétrica e internet, além de equipamentos ergonômicos para garantir a saúde e segurança no trabalho.
- e) A implementação do regime de teletrabalho é vedada para estagiários e aprendizes, tendo em vista a necessidade de acompanhamento presencial e supervisão das atividades por profissionais experientes, visando garantir a qualidade da formação profissional.

77. Uma empresa de consultoria trabalhista, buscando reduzir o risco trabalhista de seus clientes e promover um ambiente de trabalho mais justo e equitativo, decide implementar um programa de equiparação salarial entre homens e mulheres que exercem funções idênticas para uma empresa de tecnologia da informação. Considerando as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) sobre a equiparação salarial, assinale a alternativa correta sobre os requisitos e condições para a sua aplicação:

- a) Na hipótese de discriminação por motivo de sexo, a empregada discriminada jus fará ao pagamento das diferenças salariais devidas, multa de 5 vezes o novo salário e, se for o caso, indenização por danos morais.
- b) Para fins de equiparação salarial, o tempo de serviço na função é irrelevante, sendo considerado apenas o tempo de serviço na empresa, que não pode ser superior a quatro anos entre o empregado que busca a equiparação e o paradigma.
- c) A equiparação salarial só é possível se o empregador não tiver pessoal organizado em quadro de carreira ou adotar, por meio de norma interna da empresa ou de negociação coletiva, plano de cargos e salários, devidamente homologado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
- d) A equiparação salarial exige que o trabalho seja de igual valor, ou seja, que seja feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a dois anos e a diferença de tempo na função não seja superior a quatro anos.
- e) A equiparação salarial é vedada para os trabalhadores readaptados em nova função por motivo de deficiência física ou mental, sendo que estes não podem servir de paradigma para fins de comparação salarial, visando proteger a inclusão e a valorização da diversidade no ambiente de trabalho.

78. A Lei 14.457/2022, que institui o Programa Emprega + Mulheres, também aborda a questão do assédio sexual e outras formas de violência no ambiente de trabalho. Considerando as disposições desta lei, assinale a alternativa correta sobre as medidas de prevenção e combate ao assédio:

- a) As empresas com Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (Cipa) deverão adotar medidas com vistas à prevenção e ao combate ao assédio sexual e às demais formas de violência no âmbito do trabalho, a exemplo da inclusão de regras de conduta a respeito do assédio sexual e de outras formas de violência nas normas internas da empresa.
- b) Os empregadores que não implementarem medidas de prevenção e combate ao assédio sexual e outras formas de violência no ambiente de trabalho estarão sujeitos a multas e outras sanções administrativas, além de ações judiciais por danos morais coletivos.
- c) As medidas de prevenção e combate ao assédio sexual e outras formas de violência no ambiente de trabalho devem ser implementadas por meio de negociação coletiva com o sindicato da categoria, visando garantir a participação dos trabalhadores na definição das ações e estratégias.
- d) As empresas que se habilitarem para o recebimento do Selo Emprega + Mulher deverão prestar contas anualmente quanto ao atendimento dos requisitos legais, exceto no caso de microempresas e empresas de pequeno porte.
- e) A pessoa jurídica detentora do Selo Emprega + Mulher poderá utilizá-lo para os fins de divulgação de sua marca, sendo possível a divulgação associada com outras empresas, ainda que estas não detenham o selo.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Bruno Klippel

79. Com relação ao procedimento sumaríssimo, a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece que

- a) os dissídios individuais, cujo valor não excede a 60 vezes o salário-mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
- b) o juiz diribirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, considerado o ônus probatório de cada litigante, podendo limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias, bem como para apreciá-las e dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.
- c) estão incluídas no procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração pública direta, autárquica e fundacional.
- d) sobre os documentos apresentados por uma das partes manifestar-se-á a parte contrária em até 5 dias, a critério do juiz.
- e) em nenhuma hipótese admitir-se-á a realização de prova técnica, incumbindo ao juiz, quando sua realização for necessária, converter o rito para o procedimento ordinário.

80. No tocante às custas processuais, a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece que

- a) o pagamento das custas, sempre que houver acordo, caberá à Reclamada, pois deu causa ao processo.
- b) as custas serão, em qualquer caso, pagas pelo vencido, antes do trânsito em julgado da decisão.
- c) no processo de execução são devidas custas, de responsabilidade do executado ou do exequente, conforme o caso, sendo pagas após a liquidação de sentença.
- d) não sendo líquida a condenação, o juiz arbitrará-lhe-á o valor e fixará o montante das custas processuais.
- e) apenas nos dissídios individuais, no exercício da jurisdição trabalhista, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 1%, sem observância de importância mínima.

Discursiva

Você já reparou como a ansiedade se tornou uma presença constante no vocabulário cotidiano? Não é raro ouvir alguém dizer que está “com crise de ansiedade” diante de tarefas simples, ou ver jovens sobrecarregados pelo futuro antes mesmo de viverem o presente. Para muitos, trata-se de um mal invisível, silencioso, mas profundamente corrosivo. No entanto, será mesmo que estamos mais frágeis? A ansiedade, nessa perspectiva, não seria apenas uma disfunção clínica, mas um sintoma social de um tempo marcado por excesso de estímulos, escassez de vínculos e medo constante do fracasso. Seria justo, então, responsabilizar os indivíduos por um sofrimento que talvez seja estrutural?

Com base no texto acima, produza um texto dissertativo-argumentativo, em que expresse sua opinião sobre as causas da epidemia de ansiedade na contemporaneidade, explorando diferentes perspectivas que ajudem a compreender a complexidade do problema.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>